

Memorando 45.213/2025

De: Mário M. - SMASP

Para: GP-SEC - Secretaria do Gabinete do Prefeito

Data: 02/10/2025 às 15:00:59

Setores envolvidos:

SMASP, GP-SEC

Estudos de viabilidade da PPP para tratamento e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

Ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Marília,

Contextualização da Demanda

Em atendimento à revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Lei nº 9.278/2025), a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos (SMASP) consolidou os Cadernos I (Modelagem Técnico-Operacional), II (Modelagem Econômico-Financeira) e III (Modelagem Jurídica) que atualizam os estudos de viabilidade da PPP para tratamento e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos. Esses estudos demonstram que a implantação da Usina de Recuperação Energética (URE) trará *expressivos benefícios ambientais* (como redução das emissões de gases de efeito estufa), *benefícios financeiros* (novas fontes de receita e redução de custos) e *benefícios sociais* (desenvolvimento sustentável).

Projeções de longo prazo indicam economia de centenas de milhões de reais ao longo da concessão, com geração de receitas alternativas e mitigação de riscos futuros, convertendo o passivo dos resíduos sólidos em ativo público de longo prazo e garantindo a sustentabilidade do serviço público.

Além disso, a viabilidade econômico-financeira é robusta: a usina apresenta retorno do investimento em cerca de 8 anos e margens operacionais sólidas (EBITDA em torno de 58%), demonstrando atratividade financeira e sustentabilidade de receitas no longo prazo.

Por sua vez, do ponto de vista social, prevê-se geração significativa de empregos diretos e indiretos, estímulo à educação ambiental e melhoria da saúde pública (redução de vetores de doenças devido ao menor volume no aterro), o que valoriza a imagem de Marília como cidade inovadora e sustentável.

Fundamentação Legal

O projeto está em estrita conformidade com o ordenamento jurídico aplicável.

Trata-se de licitação sob a forma de concorrência, na modalidade de Parceria Público-Privada, em consonância com o novo marco legal das licitações (Lei nº 14.133/2021) e da Lei de PPPs (Lei nº 11.079/2004).

A modelagem jurídica observou os princípios do artigo 5º da Lei 14.133/21 (planejamento, transparência, eficiência e interesse público), bem como as diretrizes específicas para PPP.

Em particular, a licitação será processada na modalidade de disputa fechada, conforme o artigo 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e prevê a participação social prevista no art. 10, inciso VI da Lei 11.079/2004 e art. 11, inciso IV da Lei Federal nº – exigindo-se, assim, prévia consulta e realização de audiência pública para apresentação dos estudos e coleta de contribuições da sociedade.

No âmbito ambiental e setorial, o projeto alinha-se ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e à Política Estadual de Resíduos (Lei nº 12.300/2006), integrados ao PMGIRS revisado.

O próprio Plano Municipal (Lei nº 9.278/2025) estabelece diretrizes para valorização energética dos resíduos, tornando juridicamente viável a contratação na forma de PPP.

Ademais, as normas do CONAMA aplicáveis a processos de recuperação energética foram consideradas nos estudos.

Dessa forma, a adoção da PPP para tratamento e recuperação energética das frações seca e úmida dos resíduos encontra respaldo no arcabouço legal federal, estadual e municipal, garantindo legalidade e segurança jurídica ao processo.

Diante de todo o exposto, solicita-se ao Gabinete do Prefeito as providências necessárias para dar andamento ao certame licitatório, em especial:

- **Publicar o aviso de recebimento dos estudos técnicos:** Autorizar a divulgação pública, no Diário Oficial e no portal da Prefeitura e em Jornal de Grande Circulação do edital e minuta do contrato, conforme exigido pela Lei nº 11.079/2004 (art. 10, inciso VI).

- **Realização de audiência pública:** Autorização para designação de audiência pública de apresentação dos estudos, garantindo ampla participação da sociedade, órgãos de controle e entidades interessadas, conforme preveem o art. 11, inciso IV da Lei nº 11.445/07

Insta salientar que o cumprimento das medidas administrativas supra referidas visa assegurar transparência e regularidade ao processo, conforme demonstram os modelos de aviso e cronograma previstos na legislação.

Em sendo assim, encaminha-se este memorando ao Gabinete do Prefeito para ciência e autorização das providências ora submetidas à apreciação, com urgência relativa, tendo em vista o prazo de validade dos estudos e a necessidade de observância das etapas legais subsequentes.

—
Mário Rui Andrade de Moura

Secretário Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E08E-274A-E977-9F96

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRIO RUI ANDRADE DE MOURA (CPF 120.XXX.XXX-04) em 02/10/2025 15:02:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marilia.1doc.com.br/verificacao/E08E-274A-E977-9F96>